

Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade

Carlos Brandão¹
Instituto Multidisciplinar da UFRRJ

“O ponto de partida do estudo do desenvolvimento deveria o *horizonte de aspirações da coletividade em questão*” (Furtado, 1969).

Resumo: O ensaio pretende apresentar alguns elementos da base teórico-metodológica de Celso Furtado que procuram articular o processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento com os conceitos de dependência, cultura e criatividade. São discutidos os desafios para se engendrar estratégias de desenvolvimento que acionem/mobilizem a riqueza cultural presente na diversidade brasileira e legitimem renovado padrão civilizatório.

Palavras-chave: Celso Furtado; Subdesenvolvimento; Cultura.

Abstract: This essay intends to present some components of Celso Furtado's theoretical-methodological basis that seeks to articulate the process of development / underdevelopment with the concepts of dependency, culture and creativity. It is scrutinized the challenges to devise development strategies that trigger/mobilize cultural richness in Brazilian diversity and legitimize renewed civilizatory standards.

Key Words: Celso Furtado; Underdevelopment; Culture.

Resumen: Este estudio se propone presentar algunos elementos de la base teórico-metodológica de Celso Furtado que buscan articular el proceso de desarrollo / subdesarrollo con los conceptos de dependencia, cultura y creatividad. Es analizado los retos para diseñar estrategias de desarrollo que desencadenan / movilizan la riqueza cultural de la diversidad brasileña y legitimar renovado padrón civilizatorio.

Palabras clave: Celso Furtado; Subdesarrollo; Cultura.

Introdução

Como desatar as energias da criatividade contida e valorizar a riqueza cultural, revelada ou latente, de uma civilização nacional com altas heterogeneidade e diversidade? Como construir trajetórias mais autônomas, ancoradas em seu específico patrimônio cultural, e vias mais plurais e alternativas de desenvolvimento?. São questões complexas como essas que Celso Furtado irá se colocar, tentando realizar um afastamento da discussão do processo de desenvolvimento, assentada meramente em parâmetros econômicos, para redirecioná-la para o contexto maior das opções sociais e da busca

¹ Professor do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Doutor, Livre Docente e Professor Titular pelo Instituto de Economia da Unicamp. Pós-doutor pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Bolsista do CNPq. Pesquisador da temática do Desenvolvimento e do Planejamento Regional. Coordenador do site www.interpretesdobrasil.org. Coordenador do Observatório Celso Furtado para o Desenvolvimento Regional. E-mail: carlosantoniobrandao@gmail.com.

soberana por ampliação de seu leque de oportunidades.

Sua vasta obra associa o esforço pelo desenvolvimento recorrentemente aos processos de iniciativa, criatividade, melhorias nos “sistema de incitações”, inventividade e enriquecimento do universo de valores capazes de incrementar a capacidade de ação, superando a passividade e o imobilismo das decisões que perpetuam as estruturas anacrônicas da aculturação e da dependência.

Assim, ele nos deixa uma mensagem consistente de necessidade contínua de construção de cidadania, dignidade, segurança e proteção, com radicalidade democrática, redistribuição de renda, riqueza, poder e acesso ao Estado, combate às heterogeneidades estruturais e valorização da riqueza cultura civilizacional específica de dados âmbitos e escalas regionais e nacionais.

Ele propõe um esforço intelectual e político de transformação social que, enraizado em nossas especificidades históricas, seja capaz de lograr a constituição de formas sociais mais reveladoras, mobilizadoras e acionadoras de nossa criatividade e diversidade cultural, “fazendo aflorar nossas energias contidas”, para desmontar vigorosamente nossas máquinas e estruturas de reprodução de desigualdades sociais e regionais.

Este ensaio procura sistematizar algumas contribuições de Celso Furtado e pretende apresentar alguns elementos de sua base teórico-metodológica que procuram articular o processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento com os conceitos de dependência, cultura e criatividade. São discutidos os desafios para se engendrar estratégias de desenvolvimento que acionem/mobilizem a riqueza cultural presente na diversidade brasileira e legitimem renovado padrão civilizatório, que logre forjar novo patamar de homogeneidade social e se traduza em enriquecimento cultural, em apropriação dos avanços tecnológicos e na legitimação de estratégias que busquem romper com os impasses do subdesenvolvimento.

A natureza dos processos de desenvolvimento/subdesenvolvimento, decisões, valores e o papel da riqueza cultural

O conceito de desenvolvimento proposto pela obra furtadiana se baseia no estudo da natureza do processo de *exercitar opções alternativas* frente a uma temporalidade construída mais larga (e não-imediatista), apta a escolhas autônomas, apresentando trajetórias abertas, sujeitas a decisões estratégicas, em ambiente de incerteza, e de diferenciação de poder (de comando sobre o destino) de agentes desigualmente constituídos. Parte de uma perspectiva que desenvolvimento, necessariamente envolve tempo e espaço nas decisões de como alocar (intertemporalmente, interespacialmente,

intersectorialmente etc.) ativos, recursos, capacitações, produtivamente ou não, ou seja, envolve a questão da destinação do excedente social.

Furtado questiona as formas através das quais determinada sociedade extrapola suas necessidades momentâneas (engendrando um horizonte temporal de decisões), dando uso não conjuntural aos seus feitos coletivos, gerando propósitos não-instantâneos e diretos, podendo eleger opções alternativas com criatividade. Sua elaboração teórica parte da tentativa de entendimento da problemática da destinação do excedente social. Se pergunta as razões porque algumas sociedades nacionais esterilizam seu excedente, outras tem ele drenado para órbitas improdutivas, enquanto outras experiências logram alta retenção, multiplicação e reprodutividade do mesmo. Da discussão da retenção/utilização ou esterilização do excedente brotariam as indagações sobre o poder de comando, abrindo espaço ao cálculo intertemporal, a “atos planejadores” de preocupação com um quadro temporal para além do momentâneo, gerando possíveis vias, trajetórias, estilos e modos de desenvolvimento, estruturando opções e possibilidades (abrindo respostas diversas a problemas concretos em um ambiente de incerteza) e disputas dos agentes e centros decisoriais pelas disjuntivas de aplicação alternativas dos recursos.

Neste contexto o processo de desenvolvimento deve ser interpretado por suas estruturas, sujeitos e agentes cruciais tomando decisões e provocando reações a decisões, em um contexto histórico em aberto, contingente, à espera de forças sociais que lhe dêem conteúdo e sentido e logrem construir trajetórias específicas e autônomas, assentadas em sua específica riqueza cultura, e vias plurais alternativas de desenvolvimento. Por isso, seu estudo deve procurar “identificar a natureza do sistema de dominação: seu relacionamento com a estratificação social, seus meios de legitimação, sua organização no espaço, seus meios de reprodução etc.” (Furtado, 1980, p. 33)². Ou seja, o processo de desenvolvimento exige a assunção da conflitualidade, da dinâmica de ação das facções das classes sociais, identificar sujeitos sociopolíticos portadores de decisão transformadora.

Seria fundamental então atentar para a natureza do cálculo, da decisão e do comando societal sobre certo excedente disponível que uma determinada sociedade promove criativamente. Analiticamente seria importante questionar quais as mediações teóricas e históricas se deveriam construir acerca das decisões estratégicas, o comportamento e a mentalidade classial, isto é, como se estruturam os poderes e as hierarquias que determinam as decisões cruciais sobre como manter ou redistribuir os aumentos de produtividade e os frutos do trabalho social. Impõe-se, neste contexto, a

² “o livro que não existe (...) deve sair em busca de uma teoria social global, na qual se entronquem (...) a teoria das decisões intertemporais, a teoria da estratificação e a teoria do poder” Furtado (1976, p. 11).

discussão da necessidade de análise da natureza das unidades dominantes, nas esferas pública e privada. De averiguar o carácter do Estado, enquanto condensação da conflitualidade dessa sociedade e a racionalidade/mentalidade da classe empresarial. Ou seja, realizar o devido dimensionamento dos poderes público e privados.

Para procurar responder tais questões estruturais seria importante investigar o que Furtado denomina de parâmetros não-econômicos em seus contextos institucionais e históricos. Ele fixou definitivamente sua mensagem convicta de que “não existe o estritamente econômico”: “Não existe uma realidade social cujo estudo seja da competência da economia. A matéria de estudo desta é certa classe de problemas sociais”. Assim, era preciso olhar a história, buscando apreender a diacronia dos processos concretos, nem todos passíveis de serem explicados por meros fatores econômicos. Tinha uma perspectiva analítica de que construir as determinações adequadas (e hierarquizá-las) é o grande desafio das pesquisas na área social, exigentes da construção das requeridas mediações teóricas e históricas. Ou seja, a concretude e a historicidade intrínseca dos processos sociais não poderiam ser negligenciadas, ao se buscar interpretar a recorrência e a reiteração dos processos de desenvolvimento desigual e combinado e as heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, culturais, espaciais etc.) especificamente nacionais, que devem ser convenientemente *mediadas* e apropriadamente *determinadas*.

Seria preciso assumir o carácter contingente da história em aberto, pois “mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção. As condições requeridas para que este elemento se manifeste com vigor, dão-se historicamente” Furtado (1994, p. 37). Uma vez consolidadas, as ações estratégicas pelo desenvolvimento deveriam fundar estruturas e mecanismos sociais robustos e blindados, capazes de gerar “forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder”.

Construir o verdadeiro caminho para o processo de desenvolvimento nacional, no sentido de facultar escolhas e estender e ampliar seu leque de oportunidades, requer o enfrentamento em várias frentes conflitivas, forjando novo patamar de homogeneidade social, que se traduza em enriquecimento cultural e em apropriação social dos avanços tecnológicos e novos padrões civilizatórios. Desse modo, o papel das estruturas sociais e de poder não poderiam estar ausentes da análise.

Desenvolvimento é tensão. É distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as arenas políticas e esferas de poder uma pressão tão potente quanto o é a pressão das forças que engendram e perenizam o subdesenvolvimento.

Celso Furtado e o estruturalismo latino-americano – certamente o maior esforço já

realizado na história do pensamento social de criação teórica autônoma na periferia do capitalismo - o subdesenvolvimento não é estágio, fase ou estado, e não está rumando (linear e automaticamente) a uma situação superior e ideal de “progresso”. É, sobretudo, uma malformação estrutural com grande capacidade de persistência, cumulatividade e alta capacidade de reprodução, isto é, uma quase irreversibilidade. É persistente, pois “não passa” com o tempo. Ao contrário, é cumulativo, tende a se agravar com o tempo, e é dificilmente reversível, no sentido que recorrentemente reforça suas estruturas tradicionais de dominação. Ou seja, se não for contraposto por forças de enfrentamento/intervenção poderosas, não será superado.

O subdesenvolvimento é face e não fase do processo de desenvolvimento. Não é uma etapa no percurso pré-definido de um caminho/marcha uniforme de um país “em desenvolvimento”. É uma face do processo global, inserido no contexto mais geral das transformações na escala mundial de expansão do sistema capitalista. É uma conformação, ou deformação constituinte e singular. Não há tão-somente um atraso. Há uma retardação, no sentido constitutivo-genético, do ser subdesenvolvido portar deformidades estruturais dificilmente superáveis.

Essas e outras características fazem com que as tentativas de romper com o subdesenvolvimento encontrem enormes constrangimentos, dentre eles os políticos e os culturais, pois seria preciso identificar as bases sociais e os sujeitos portadores de potencial de transformação das estruturas de poder e combater a força da modernização da americanização caricata dos estilos de vida das minorias afluentes da sociedade, propugnando por valores que combatam a racionalidade instrumental com uma racionalidade substantiva dos fins, sempre procurando efetivar as potencialidades humanas e adensar as forças sociais que possam ampliar a margem nacional de arbítrio soberano.

Torna-se premente analisar os mecanismos de produção e reprodução de estruturas de dominação arcaica, malformadas ou deformadas. Para pensar os impasses do subdesenvolvimento brasileiro é preciso analisar suas especificidades históricas e culturais, que devem ser buscados em sua composição genética, nas especificidades de seu processo de colonização, sendo “fruto do processo de mundialização do desdobramento geográfico da civilização europeia a partir do início do século XVI”, segundo um projeto ambicioso de expansão mercantil a partir de Portugal,

“preocupado apenas em preservar e ampliar seu patrimônio territorial (...) Nos três séculos período colonial desenvolveu-se no Brasil uma cultura que, sendo portuguesa em sua temática e estilo, incorpora não apenas motivos locais mas também toda uma gama de valores das culturas dos povos dominados (...) A permanência de certos traços da cultura brasileira explica-

se pela estabilidade dos sistema de dominação social latifundiário-burocrático (...) O distanciamento entre elite e povo será a característica marcante do quadro cultural que emerge nesse período. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura europeia (...) O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia à sua criatividade” (Furtado, 1984, p. 20 e seguintes).

Todo esse conjunto de circunstâncias históricas travou e trancou o processo cultural criativo, cristalizando a aculturação de nossas elites e a exacerbação posterior de uma modernização dependente fundada nas “tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e à opressão social” (Furtado, 1984, p. 27).

O Brasil será marcado por toda uma gama de “sistemas de símbolos importados que com frequência ressecam nossas raízes culturais”, com a “produção de bens culturais que buscam a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados” (Furtado, 1984, p. 31).

O elitismo nobilitador de posições da classe dominante, garantindo a recorrente assimilação, transplantação, modernização e ocidentalização dos estilos importados de vida, conduzirá ao deperecimento de sistemas de cultura. A difusão da civilização industrial, com a infiltração dos critérios de racionalidade instrumental irá enrijecer e disseminar a dependência cultural.

É neste contexto que nosso autor enquadra e posiciona a situação histórica periférica: na moldura do movimento das grandes transformações civilizatórias, a partir do longo século XVI, no palco europeu da exacerbação da concorrência de seus sistemas nacionais interestatais, “que aumentaram consideravelmente a capacidade expansiva do centro em direção a outras áreas”. As porções do território mundial dependentes, que têm “suas estruturas econômica e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema” (Furtado, 1989, p. 20). Nos espaços nacionais subdesenvolvidos se impõe uma recorrente desconexão entre a acumulação de capital e a diversificação produtiva com inovação e conteúdo tecnológico autônomo. O que se diversifica são os padrões de consumo e exacerba-se, ao longo da história, a coação para que se direcionem parcelas crescentes do excedente social para essa diversificação e não para a acumulação reprodutiva, aprofundando e arraigando as heterogeneidades estruturais no conjunto da sociedade, jazendo a população alheada dos frutos e dos benefícios do progresso técnico material, que fica circunscrito apenas ao núcleo modernizado. Assim, “o comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do

avanço da acumulação” (Furtado, 1974, p. 82).

Dessa forma, nesses países periféricos e dependentes, propagandeia-se a possibilidade de um modo societário de consumo para todos, porém ele não tem a possibilidade de ser generalizável, pois

“o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana” (...) A ideia de desenvolvimento apenas tem sido de utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas culturais ‘arcaicas’, para ‘explicar’ e fazer ‘compreender a necessidade’ de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo” (Furtado, 1974, p. 75).

A natureza do subdesenvolvimento precisa ser apreendida, tanto pela órbita da produção (através das formas específicas de apropriação e realocação do excedente), quanto pela órbita da circulação (pelo uso do excedente resultante da adoção de padrões de consumo conspícuos), pois ambas “engendram a dependência cultural que está nas bases do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes” (Furtado, 1974, p.80).

Nos sistemas nacionais de concorrência o Estado desempenha papel crucial de centro de regulação-coordenação-impulsão do sistema econômico. Seu papel é decisivo para estruturar vias históricas possíveis e alternativas de se reter e comandar excedente social e colocar em ação as potencialidades de um sistema de forças produtivas³, que lograsse constituir um “sistema econômico nacional” e promover a acumulação reprodutiva. Porém, a consolidação de uma base material moderna, competitiva e dinâmica nos países periféricos encontra bloqueios estruturais. Tal base industrial autônoma e endógena deveria estar ancorada na “indústria de bens de equipamentos, cuja importância relativa indica a capacidade de autotransformação do sistema econômico, porém essa se encontra em fase formativa e sem uma política deliberada que assegure o avanço tecnológico nesse setor” (Furtado, 1983, p. 81). O Brasil detém, nesse sentido, um sistema industrial ainda em formação, sem a consistência de um sistema industrial maduro⁴, dirigido por especializações pontuais espúrias e exogeneizadas.

³ Furtado procura resgatar de Georg Friedrich List (1789-1846) o conceito de “sistema de forças produtivas”, pois “as atividades produtivas devem ser vistas como um todo articulado”.

⁴ “Um sistema industrial não é um montão de investimentos. É um conjunto de elementos articulados, cuja coerência decorre da subordinação de cada um de seus elementos constitutivos à lógica do todo. Essa coerência é dada seja pelos mercados, seja pelo planejamento. Em todas as economias capitalistas modernas combinam-se essas duas formas de coordenação” (Furtado, 1983, p. 22).

A trajetória truncada do processo de subdesenvolvimento recorrentemente trava o processo de homogeneização e o acesso mais amplo a direitos fundamentais, ao lado de configurar uma deformada aplicação de recursos produtivos que reduzem a eficiência do sistema econômico e coloca o país em uma posição marginal e subordinada no contexto internacional, dificultando a construção plena da nação. São realizadas opções na orientação da acumulação que a distanciam das formas mais reprodutivas e desvirtuam e entorpecem os centros de decisão nacional, sobretudo o aparelho de Estado.

Para fazer frente a tais desafios seria preciso legitimar e afirmar a necessidade da presença constitutiva do Estado e do planejamento para consubstanciar estratégias concretas de desenvolvimento, dotadas e fundadas em maiores níveis de “racionalidade das decisões que comandam processos sociais, evitando que surjam processos cumulativos e não-reversíveis em direções indesejadas”, segundo o conceito de planejamento de Furtado, que ressalta o papel do alargamento dos horizontes temporais da ação pública para revelar os conflitos de interesses postos na sociedade.

Como enfrentar a falta de “homogeneidade social” e os percalços da modernização dos modos de vida miméticos? Como construir os aparelhos motores nacionais de provisão de crédito e de progresso técnico e de aprendizado em situações rígidas de dependência?

Às formas clássicas de dependência, se juntam sucessivamente “formas mais sutis e insidiosas de dependência, infiltradas nos circuitos financeiros e tecnológicos, que vieram substituir a tutela antes exercida pelos mercados externos na regulação de nossas atividades produtivas” (Furtado, 1984, p. 27). Na verdade, “as relações externas de dependência estão introjetadas nas estruturas de dominação social” (Furtado, 1978, p. 115).

Como afirma Furtado

“a superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura” (2002, p. 36). “a questão central se limita a saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural” (2002, p. 36).

Ou em outros termos, o grande desafio civilizatório brasileiro é saber se “continuaremos a contribuir para o enriquecimento do patrimônio comum da humanidade ou seremos relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não ter acesso à criatividade, eis a questão” (Furtado, 1999, p. 53).

Com certeza, elaborar e armar estratégias nacionais de desenvolvimento requererá mobilizar e ativar a diversidade, heterogeneidade estrutural e variedades cultural, geográfica e histórica do múltiplo e continental Brasil, assentadas na construção de maior homogeneização social, isto é, que se promovam mudanças nas relações de propriedade,

buscando habilitar os atores mais destituídos e marginalizados. Apenas dessa forma será possível revelar recursos materiais e simbólicos (acionar cultura material e espiritual) e mobilizar sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão.

O desafio político é ganhar poder de comando sobre os centros de decisão, em uma situação em que alguns poucos “nichos de comando” estão internalizados e a maioria se encontra sob o controle exógeno, e em que há o progressivo estreitamento dos horizontes temporais (e da legitimidade) para as ações públicas estruturantes e coordenadoras.

Tal tarefa histórica não é fácil, pois as forças políticas e econômicas que procuram perpetuar o atraso estrutural da situação de subdesenvolvimento devem ser enfrentadas cotidianamente por uma interpretação que reconheça que quando se fala em desenvolvimento, no adequado sentido de “alargamento dos horizontes de possibilidades”, se está falando necessariamente na construção de ações e políticas públicas desmanteladoras de dinâmicas e estruturas que representam e recrudescem o atraso econômico e político.

Há a necessidade de construção de elementos teóricos - resgatando a História e as especificidades nacionais em situação de subdesenvolvimento – e construir centros de decisão e respostas políticas próprias, com criatividade e não seguindo “modelos ideais traçados por outros”. Importa analisar o contexto em que se constituíram e reproduziram (inconclusa e travadamente) as classes sociais em um ambiente de atraso estrutural e subdesenvolvimento. Assim, torna-se difícil tensionar a correlação de forças políticas postas no bloco no poder. Cristaliza-se a reprodução de certo tipo de dominação interna, com desigualdades estruturadas, sistemáticas e reprodutíveis de poder.

A obra de Furtado provê elementos teóricos adequados para o estudo da dinâmica das estruturas (derivadas, de forma mediada, da lógica da acumulação de capital e do funcionamento de parâmetros não-econômicos) e dos agentes e sujeitos (entranhados em interesses e conflitos de facções de classe), que em contextos históricos, institucionais e territoriais concretos tomam decisões mais ou menos transformadoras da ambiência em que estão inseridos.

Em sua crítica às posições teóricas do *mainstream*, Celso Furtado indica que falta a elas apreender a Estrutura (entendida como “relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço”) para se elaborar teoricamente acerca do processo de desenvolvimento que seria

“o estudo (no tempo) das modificações das matrizes estruturais desses modelos que acompanham a intensificação da divisão social do trabalho,

vale dizer: o aumento da produtividade do trabalho no plano macroeconômico e a diversificação da demanda no plano social – é a matéria central da teoria do desenvolvimento” (Furtado, 1967, p. 71).

É neste sentido que se impõe a investigação das decisões intertemporal dos agentes, da estratificação social, do poder diferencial dos sujeitos, e seus mecanismos de reprodução.

Assim, uma contribuição teórica fundamental de Furtado é sua discussão sobre as interações entre decisões e estruturas e sua distinção entre microeconomia (teoria das decisões dos agentes cruciais) e macroeconomia (articulação complexa e estrutural das decisões e reações às decisões dos agentes, com forte conteúdo coletivo e natureza política).

A interpretação furtadiana, contrária à visão das teorias do crescimento equilibrado (que defendiam uma coordenação abrangente de decisões empreendidas simultânea e complementarmente, e com sincronia em vários domínios), discutirá o papel da ação e da geração dinâmica de diacronias, posto que enxerga o processo de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios que se retroalimentam. Há segundo os estruturalistas, um conjunto de elementos em funcionamento dinâmico, prenhe de contradições, desbalaneamentos, desproporcionalidades instabilizadoras, que acabam induzindo desdobramentos na intersetorialidade dinâmica do sistema econômico. Tais dinamismos têm seu comando nas macrodecisões de alguns agentes cruciais, daí a necessidade da análise ter por base empírica esses agentes poderosos que logram estruturar e dar dinâmica às “cadeias de reações provocadas por decisões autônomas”. Só assim, “será possível identificar fatores que aumentam ou reduzem sua capacidade de reação”. Segundo seu esquema teórico (Furtado, 1967), decisão pode ser concebida sob dois prismas: 1) como um elemento em uma cadeia (resposta a uma situação dada); 2) como um centro de irradiação, capaz de influenciar o comportamento de outros agentes (capaz de transformar determinada situação social). Furtado diz que as primeiras, de natureza econômica, são provocadas pelos mecanismos de mercado. Mas é a segunda modalidade de decisões que importa quando se pensa em desenvolvimento, posto que são tomadas por agentes que “creem em condições de poder modificar o curso dos acontecimentos prefigurados pelo mercado”.

Importa entender a propagação das decisões econômicas, distinguindo entre aquelas que apresentam ponderável grau de autonomia, daquelas induzidas. Furtado fala de três decisões autônomas principais: 1) as que dizem respeito ao plano de utilização da renda; 2) as ligadas ao processo de transformação material ao longo dos elos das cadeias de produção; 3) as que criam riqueza renovada (capacidade produtiva nova). Estas últimas, em sua relação dinâmica com as demais “constitui a matéria do desenvolvimento” (Furtado, 1967, p. 87). Ele afirma que “o estudo do

desenvolvimento tende a concentrar-se na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisões e as estruturas. Estas condicionam o processo de irradiação e a eficácia no espaço e no tempo das decisões, mas ao mesmo tempo são por elas determinados” (Furtado, 1967, p. 92).

Como “toda decisão envolve uma forma de exercício de uma forma de poder”, seria preciso

“ver os processos econômicos como cadeia de decisões e estas como estruturas de poder (...) Não existe organização sem coordenação e controle, e para que se efetivem a coordenação e o controle é indispensável que existam centros diretores capazes de definir objetivos (...) todo centro de decisão tende a aprofundar o seu horizonte temporal, isto é a planejar sua ação (...) neste contexto da economia vista como uma organização, a ideia de planejamento como técnica destinada a elevar a eficiência dos centros de decisão surge naturalmente” (Furtado, 1967, p. 92).

Neste contexto, “importa identificar a natureza do sistema de dominação: seu relacionamento com a estratificação social, seus meios de legitimação, sua organização no espaço, seus meios de reprodução etc.” (Furtado, 1980, p. 33).

Celso Furtado (1978, p. 17) irá sintetizar sua elaboração teórico-metodológica na primorosa passagem:

“A ruptura no plano da racionalidade ocorre quando o agente está capacitado para modificar o meio em que atua, apresentando no seu comportamento um fator volitivo criador de novo contexto. O campo do possível amplia-se e a racionalidade passa a requerer uma visão mais abrangente da realidade. Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder. O comportamento do agente que não exerce poder é simplesmente adaptativo (...) A faculdade de transformar o contexto em que atua eleva o agente à elemento motor do sistema econômico (...) Constitui, evidentemente uma forma de poder a capacidade de iniciativa desses agentes privilegiados que modificam o contexto em que atuam ou que evitam que outros o modifiquem contra seus interesses”.]

É imperativo analisar as assimetrias e irreversibilidades na influência de algumas decisões sobre outras. Sobretudo de alguns agentes e a transmissão dos impulsos iniciais de suas decisões (e as reações provocadas) ao longo da cadeia. Este ponto é crucial, pois a visão do *mainstream* parece acreditar que a situação consensual *ex-ante* de atores e unidades equipotentes será alcançada facilmente.

As reações em cadeia, dependentes do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da complexidade e do grau de diversificação da estrutura produtiva, possuem

poder de encadeamento diverso. As macrodecisões em um contexto ou ambiente macroeconômico são resultantes da interação de uma pluralidade de decisões cruciais. São, neste sentido, politizadas por natureza.

Dentre um vasto conjunto de decisões algumas prevalecem, posto que macroestratégicas. Essas macrodecisões têm em seu centro o papel dos agentes e unidades dominantes, concentradores de prestígio, autoridade e influência e portadores de potencial de disrupção do curso dos processos e dos contextos em que atuam. Tais agentes são, sobretudo, as empresas oligopólicas transnacionais e o Estado, ambos com força desestabilizadora das cadeias de decisão, pois suas ações se fundam em previsões globais, já que são dotados de poder e informações que permitem “uma avaliação antecipada do resultado final da cadeia de reações”.

Assim, as estratégias de desenvolvimento consistentes e efetivas requerem uma “ação diretora do Estado sobre o conjunto do sistema econômico” e devem ser forjadas na escala nacional. Furtado diz que “com a análise macroeconômica keynesiana emergiu uma teoria da coordenação das decisões econômicas que valorizaria consideravelmente os centros de decisão a nível nacional” Furtado (1980, p. 30). A escala espacial nacional cumpre para ele papel insubstituível: o poder nacional deve defender a criação de oportunidades internalizadas de acesso a bens e serviço e coordenar a abertura de horizontes de enriquecimento material e cultural nas fronteiras internas. A escala nacional é também uma configuração cultural, social e política. Caracteres distintivos em dado recorte espacial são definidos pelas peculiares estruturas de propriedade, distribuição da renda e da riqueza e de consumo de suas classes sociais. Por outro lado, configurações sociais criativas, estruturas de inventividade e processos inovativos e de interação produção-inovação, sistema de aprendizado (científico, tecnológico, educacional-cultural etc.), aptos a interpretar informações e conhecimentos e os reelaborar, criando novas competências, novas combinações e dinâmicas adaptadas às suas especificidades histórico-culturais são elementos importantes do sistema social de forças produtivas nacionais. A depender das especificidades da base produtiva montada e das estruturas empresariais com que se pode contar, avança-se mais ou menos na construção de maiores graus de autonomia e de soberania do arcabouço legal-institucional nacional que é legitimado na escala nacional.

O espaço nacional está submetido a complexas hierarquias de comando e hegemonias potentes na escala mundial. A capacidade de resposta da escala nacional depende da vontade e da potência em por em marcha um movimento de fazer operar estímulos e elementos indutores que mobilizem criativamente os recursos latentes, fatores em reserva, fomentando decisões que liberem potenciais até então não acionados e

promovam novas combinações, inovações e atitudes criativas, contagiadas de outras decisões de transformação, assim avançando na construção da nação.

Já vimos com Furtado que desenvolvimento é invenção e essa “não se resume em resposta a um desafio: é, antes de tudo, a manifestação de uma possibilidade” (Furtado, 1994, p. 37).

Nas condições concretas da situação de subdesenvolvimento, torna-se necessário acicatar atitudes e iniciativas que rompam com estruturas e decisões anacrônicas, por exemplo, aquelas da manutenção patrimonialista do estoque de riqueza velha (em sua forma líquida e/ou em bens de raiz). Nestas condições, o centro de comando não tem correlação de forças apta a tomar decisões legitimadas que rompam com os interesses heteronômicos e heterogêneos e é carente de capacidade de mobilização das massas de capitais dispersivas e fragmentárias que pudessem ser aglutinadas, alavancadas para constituir núcleo decisório autônomo e endógeno. Em países periféricos como o Brasil, onde se consolidou uma supremacia rentista-mercantil-oligárquica imediatista na condução do poder de decisão e comando e na assunção da regulação da reprodução das massas dispersivas de capital, soldou-se e cristalizou-se um modo de reprodução de certo tipo de dominação interna, que é marcado por um conjunto de assimetrias estruturadas, sistemáticas e auto-reprodutíveis de poder. Tal hegemonia política não possibilita nitidez para o Estado priorizar e catalisar inversões que promovam rupturas com a situação de subdesenvolvimento. Também não promove a “intencionalidade que se traduz pelo exercício de opções”, que seria ação de um Estado legitimado politicamente em torno de vontades, no sentido da ampliação do leque de possibilidades.

Na verdade, o aparato de coordenação da ação pública foi desmantelado no Brasil em todos os níveis de governo, sobretudo nas duas últimas décadas. O planejamento, que deveria ser estruturado sistemicamente, acaba sendo embotado e se subordina totalmente aos interesses e decisões das grandes empresas (nacionais e estrangeiras) e fica orientado apenas pela lógica da rentabilidade privada.

O desenvolvimento envolve também desmonte, por exemplo, no caso brasileiro, da reprodução permanente do sistema de privilégios e da dependência cultural. Há uma unidade dos donos do poder *vis-à-vis* o heterogêneo e desabilitado conjunto das classes subordinadas no Brasil, tendo por base o travamento do acesso a elementos habilitadores de cidadania, à propriedade e aos direitos.

O mimetismo das elites e a assimilação passiva da cultura material exógena conspiram contra a afirmação da soberania cultural e da riqueza cultural, do sistema de valores, do povo brasileiro. O sistema de forças produtivas não é posto a serviço do

enriquecimento cultural e social de seus cidadãos. Assim, questiona Furtado (1984, p. 31): “como preservar o gênio inventivo de nossa cultura em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade de ação, nossa eficácia, também são vetores de valores que com frequência mutilam nossa identidade cultural?”.

Considerações Finais

Cada vez mais se manifestam no Brasil as questões estruturais colocadas por Celso Furtado, como, por exemplo, a natureza extensiva, itinerante e predatória do modo de crescimento de seu capitalismo. A apropriação contínua de porções territoriais criando, de forma itinerante, frentes de expansão que permitiam ganhos extraordinários. A industrialização avançou muito – porém sem “homogeneização social” – arrastando e acicatando o conjunto das atividades econômicas terciárias, agropecuárias, de suporte infraestrutural etc. Mesmo com aumento do nível médio de vida da população, muitas vezes não se conduz a um processo de homogeneização social. Há a contínua reafirmação da dependência, posta a pretensão das elites de imitação da cultura material do capitalismo avançado em um contexto de privação, desfiliação e desabilitação das massas populares. Nesse sentido, o subdesenvolvimento deve ser visto como uma estrutura com grande capacidade de persistência e reprodução de estruturas tradicionais e anacrônicas de dominação.

Transformações materiais abrangentes se processaram, porém nunca foram acompanhadas de maior acessibilidade, por parte da maioria da população, à propriedade, à terra rural ou urbana, à educação, aos bens culturais e de lazer, aos serviços de saúde de qualidade, à moradia, aos meios coletivos urbanos, à inserção formal no mercado de trabalho, à renda com permanência e segurança, ou seja, aos direitos da urbanidade, da justiça espacial e da cidadania.

Nossas heterogeneidades se aprofundam ao longo do tempo. Porém o país não pode esterilizar toda sua potência, muitas vezes oculta, de suas diversidades e da sua criatividade. É nesse sentido que lutar para ganhar espaço de atuação e comando, com maior grau de autodeterminação e endogenia, envolve necessariamente tratar de forma criativa as diversidades geográfica, demográfica, social, cultural, produtiva brasileiras. É preciso entender como as forças conservadoras destroem a criatividade e a diversidade cultural e regional “dos de baixo”, para manter o padrão de privilégios “dos de cima”.

O legado do plano de estudos e reflexões de Furtado nos deixa também uma agenda política de ação, com um sentido claro de necessidade de crescente democratização dos centros de decisão nacionais:

“o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação” Impõe-se formular uma política de desenvolvimento com base numa explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios (...) “A superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura” (...). “a questão central se limita a saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural” (Furtado, 2002, p. 36).

Como Furtado afirmou “em subsistemas dependentes, renunciar a ter objetivos próprios, aceitar progressivamente a desarticulação interna, quiçá a perda mesma do sentido de entidade nacional” (1976, p. 136) é a ruína e o fracasso dos esforços que almejam construir a nação enquanto uma legítima civilização brasileira. É a privação da maioria, travando a realização das potencialidades da nação, e destituindo o reencontro com da nação com o gênio criativo de nossa cultura.

No caso brasileiro, os desafios são enormes, pois caberia, simultaneamente, romper com as forças reacionárias e desarticuladoras da construção nacional e estabelecer estímulos à identidade/diversidade/diferenciação/variedade, constituindo politização e participação cidadã que lograsse promover arenas de coordenação de interesses, diálogos, conflitos e consensos, que deveriam ser reelaboradas continuamente.

Se o Brasil tem, sobretudo em potência e de forma latente, capacidade criativa e inventividade e o trunfo civilizatório da diversidade, “somente a vontade política será capaz de canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais avariadas e a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de vida” (Furtado, 1984, p. 28).

Referências

- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, C. Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. Análise do “modelo” brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- FURTADO, C. Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo:

Companhia Editora Nacional, 1980.

FURTADO, C. Cultura e desenvolvimento em época de crise. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. Entre conformismo e reformismo. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 9 (4), out./dez., 1989.

FURTADO, C. Brasil: a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. Economia e Sociedade, Campinas, (3): p. 37-42, dez., 1994.

FURTADO, C. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.